



IMPRENSA OFICIAL

do Município de Osasco

www.OSASCO.sp.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 14.115, DE 11 DE MARÇO DE 2024

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências."

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 3.300,00 (três mil, trezentos reais), de acordo com o inc. I do § 1º do Art. 4º e inc. IV do Art. 5º da Lei nº 5.318 de 28 de dezembro de 2023, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

					Dotação
15	SECRETARIA DE CULTURA				
15.004	DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA				
15.004.13.392.0036.2.049	Disseminação de Arte e Cultura Descentralizada				
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	01.110.0000	3.300,00	2909	
TOTAL			3.300,00		

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do Art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

15	SECRETARIA DE CULTURA				
15.004	DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA				
15.004.13.392.0036.2.049	Disseminação de Arte e Cultura Descentralizada				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01.110.0000	3.300,00	2907	
TOTAL			3.300,00		

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 11 de março de 2024.

Rogério Lins
Prefeito

Bruno Mancini
Secretário de Finanças

Paulo José Magalhães
Secretário de Cultura

Decreto N.º 14.116, de 11 de março de 2024

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências."

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial ao orçamento vigente, na importância de R\$ 32.391,37 (trinta e dois mil, trezentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos), de acordo com o inc. III do § 3º do Art. 4º e inc. IV do Art. 5º da Lei nº 5.318 de 28 de dezembro de 2023, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

14	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
14.007	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
14.007.08.241.0032.2.159	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos			
3.3.50.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	01.112.0000	32.391,37	
		TOTAL		32.391,37

Art. 2º O crédito adicional especial de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. I do § 1º do Art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 11 de março de 2024.

Rogério Lins
Prefeito

Bruno Mancini
Secretário de Finanças

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Decreto N.º 14.117, de 11 de março de 2024

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências."

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 13.126,66 (treze mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), de acordo com o inc. I do § 1º do Art. 4º e inc. IV do Art. 5º da Lei nº 5.318 de 28 de dezembro de 2023, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

						Dotação
31	SECRETARIA EXECUTIVA DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACI					
31.001	GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DA PROMOÇÃO DA IG					
31.001.04.131.0001.2.011	Eventos Oficiais					
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
				01.110.0000	13.126,66	4123
				TOTAL	13.126,66	

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do Art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

31	SECRETARIA EXECUTIVA DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACI					
31.001	GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DA PROMOÇÃO DA IG					
31.001.13.392.0055.2.047	Difusão da Cultura Afro-Brasileira e Indígena					
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC					
				01.110.0000	13.126,66	4140
				TOTAL	13.126,66	

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 11 de março de 2024.

Rogério Lins
Prefeito

Bruno Mancini
Secretário de Finanças

Deise Tavares Agostinho Ventura da Silva
Secretária Executivo de Políticas da Promoção da Igualdade Racial

Decreto N.º 14.118, de 11 de março de 2024

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências."

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial ao orçamento vigente, na importância de R\$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil reais), de acordo com o inc. III do § 3º do Art. 4º e item a do inc. V do Art. 5º da Lei nº 5.318 de 28 de dezembro de 2023, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

09	SECRETARIA DA SAÚDE				
09.015	DIRETORIA GERAL DA GESTÃO DE SAÚDE				
09.015.10.305.0018.2.013	Ações Estratégicas em Saúde Pública				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	02.300.0000		1.200.000,00	
		TOTAL		1.200.000,00	

Art. 2º O crédito adicional especial de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. I do § 1º do Art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 11 de março de 2024.

Rogério Lins
Prefeito

Bruno Mancini
Secretário de Finanças

Fernando Machado de Oliveira
Secretário de Saúde

Decreto N.º 14.119, de 11 de março de 2024

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências."

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 2.268.093,22 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil, noventa e três reais e vinte e dois centavos), de acordo com o inc. I do § 1º do Art. 4º da Lei nº 5.318 de 28 de dezembro de 2023, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

					Dotação
14	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
14.001	GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
14.001.08.422.0034.2.116	Manutenção dos Programas Federais e Estaduais de Transferência de Renda				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC	01.110.0000	1.648.215,08	2331	
14	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
14.005	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
14.005.08.243.0051.2.183	Família Acolhedora Canguru				
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	01.110.0000	55.686,08	2414	
14	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
14.008	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				
14.008.08.243.0045.2.077	Promoção e manutenção de serviços e políticas para juventude				
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	01.110.0000	41.450,00	2700	
14	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
14.009	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊ				
14.009.08.121.0032.2.004	Gestão de Sistemas Informatizados				
3.3.90.40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COM	01.110.0000	522.742,06	2768	
TOTAL			2.268.093,22		

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do Art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

14	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
14.008	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				
14.008.08.243.0051.2.194	Serviços de Acolhimento Institucional				
3.3.50.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC	01.110.0000	1.622.324,26	2715	
14	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
14.008	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				
14.008.08.242.0047.2.149	Residências Inclusivas				
3.3.50.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC	01.110.0000	645.768,96	2692	
TOTAL			2.268.093,22		

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 11 de março de 2024.

Rogério Lins
Prefeito

Bruno Mancini
Secretário de Finanças

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Decreto N.º 14.120, de 11 de março de 2024

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências."

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o inc. I do § 1º do Art. 4º da Lei nº 5.318 de 28 de dezembro de 2023, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

32	SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PARA MULHERES E			
32.001	GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PARA			
32.001.06.422.0048.2.107	Manutenção de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher			
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLI	01.110.0000		10.000,00
TOTAL				10.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do Art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 11 de março de 2024.

Rogério Lins
Prefeito

Bruno Mancini
Secretário de Finanças

Débora Lapas
Secretária Executiva de Política para Mulher da Promoção da Diversidade

Decreto N.º 14.121, de 11 de março de 2024

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências."

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o inc. I do § 1º do Art. 4º da Lei nº 5.318 de 28 de dezembro de 2023, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

					Dotação
32	SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PARA MULHERES E				
32.001	GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PARA				
32.001.06.422.0048.2.107	Manutenção de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher				
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	01.110.0000	10.000,00		4330
TOTAL			10.000,00		

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do Art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

32	SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PARA MULHERES E				
32.001	GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PARA				
32.001.14.422.0052.2.140	Promoção da Diversidade				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	01.110.0000	10.000,00		4403
TOTAL			10.000,00		

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 11 de março de 2024.

Rogério Lins
Prefeito

Bruno Mancini
Secretário de Finanças

Débora Lapas
Secretária Executiva de Política para Mulher da Promoção da Diversidade

Decreto N.º 14.122, de 12 de março de 2024

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências."

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 3.779.137,36 (três milhões, setecentos e setenta e nove mil, cento e trinta e sete reais e trinta e seis centavos), de acordo com o inc. I do § 1º do Art. 4º da Lei nº 5.318 de 28 de dezembro de 2023, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

01	CÂMARA MUNICIPAL			
01.001	CÂMARA MUNICIPAL			
01.001.01.031.0001.2.002	Manutenção de Atividades e Serviços Administrativos			
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01.110.0000		3.779.137,36
			TOTAL	3.779.137,36

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do Art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

01	CÂMARA MUNICIPAL			
01.001	CÂMARA MUNICIPAL			
01.001.01.031.0001.1.002	Reforma e Ampliação de Unidades			
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	01.110.0000		3.779.137,36
			TOTAL	3.779.137,36

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 12 de março de 2024.

Rogério Lins
Prefeito

Bruno Mancini
Secretário de Finanças

Carmônio Bastos
Câmara Municipal de Osasco

LEI Nº 5.322, DE 11 DE MARÇO DE 2024.

Altera a Lei nº 5.308, de 21 de dezembro de 2023, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BANCO DO BRASIL S.A., com garantia da União.

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei,

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei nº 5.308, de 21 de dezembro de 2023, para que conste a seguinte redação:

“Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo “pro solvendo”, as cotas de repartição das receitas tributárias, previstas nos artigos 158 e 159, inciso I, alíneas “b”, “d”, “e” e “f”, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.”

Art. 2º Fica alterado o art. 3º da Lei nº 5.308, de 21 de dezembro de 2023, para que conste a seguinte redação:

“Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 11 de março de 2024.

ROGÉRIO LINS

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 433, DE 11 DE MARÇO DE 2024.

Altera a Lei Complementar nº 389, de 30 de dezembro de 2020, que disciplina e estabelece a arquitetura organizacional e administrativa da estrutura de pessoal da hierarquia superior da Administração Direta do Executivo Municipal de Osasco e constitui diretrizes gerais obrigatórias para as demais leis que tratarem do tema.

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei complementar,

Art. 1º Ficam alterados os incisos V e VI do art. 279 da Lei Complementar nº 389, de 30 de dezembro de 2020, para que conste a seguinte redação:

“Art. 279. (...)

(...)

V - Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento;

a) Gerência de Recursos Hídricos;

b) Gerência de Saneamento.

VI - Secretaria Executiva de Proteção e Bem-Estar Animal

a) Departamento de Fauna e Bem-Estar Animal;

a.1) Gerência de Fauna Silvestre;

a.1.1) Supervisor do CETAS;

a.1.2) Supervisor do Borboletário;

a.2) Gerência de Proteção ao Animal Doméstico;

a.2.1) Supervisor de Hospital Veterinário;

a.2.2) Supervisor de Clínica Veterinária;

a.3) Gerência de Educação e Adoção.”

Art. 2º Fica criado o art. 284-A na Lei Complementar nº 389, de 30 de dezembro de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 284-A. Compete a Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal:

I - formular, implementar e monitorar as políticas públicas municipais de proteção da fauna e bem-estar de animais silvestres e domésticos;

II - promover e gerir parcerias públicas e/ou privadas para a implementação de ações complementares que visem a defesa dos direitos dos animais e da proteção da fauna;

III - fiscalizar denúncias de maus tratos e/ou abandono de animais em coordenação, delegação ou parceria com os demais órgãos competentes;

IV - promover ações educativas e de conscientização em favor de políticas públicas que visem o bem-estar animal e da fauna;

V - articular com as forças de segurança a prevenção e o combate aos casos de maus-tratos a animais domésticos e silvestres;

VI - organizar, gerenciar e capacitar grupo de voluntários para dar suporte a projetos relacionados à causa animal e da fauna;

VII - exercer outras atribuições correlatas e complementares a sua área de atuação.”

Art. 3º Fica alterada a tabela “DA CRIAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS”, constante do Anexo VIII, para que conste a seguinte redação:

**DA CRIAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA
DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

Qtd.	Cargo	Provimento	Ref.
1	Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Agente Político	1
1	Chefe de Gabinete do Secretário	Cargo em Comissão	7
2	Assessor Especial do Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Cargo em Comissão	9
1	Assessor Ambiental do Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Cargo em Comissão	11
18	Assessor de Gabinete do Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Cargo em Comissão	15
3	Coordenador de Programas	Cargo em Comissão	8
1	Gerente de Apoio Administrativo e de	Cargo em Comissão	13

	Pessoal		
1	Gerente de Fiscalização Ambiental	Cargo em Comissão	10
1	Gerente de Gestão de Suprimentos e Compras	Cargo em Comissão	13
1	Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Cargo em Comissão	2
1	Diretor de Planejamento, Gestão Ambiental e Educação Ambiental	Cargo em Comissão	6
1	Gerente de Planejamento, Estudos e Pesquisas	Cargo em Comissão	10
1	Gerente de Gestão Orçamentária	Cargo em Comissão	10
1	Gerente Pedagógico	Cargo em Comissão	10
1	Gerente de Núcleos e Salas Verdes	Cargo em Comissão	10

1	Diretor de Manutenção de Parques e Áreas Verdes	Cargo em Comissão	7
10	Supervisor de Parques Municipais	Função de Confiança	14
1	Supervisor de Orquidário	Função de Confiança	14
3	Gerente de Manutenção de Parques e Áreas Verdes (Zona Norte, Centro, Zona Sul)	Cargo em Comissão	13
1	Gerente de Arborização e Paisagismo	Cargo em Comissão	10
1	Gerente dos Viveiros	Cargo em Comissão	10
1	Gerente de Manutenção Arbórea	Cargo em Comissão	10
1	Gerente de Gestão de Máquinas, Veículos e Equipamentos	Cargo em Comissão	13

1	Diretor de Qualidade Ambiental	Cargo em Comissão	5
1	Gerente de Licenciamento ambiental	Cargo em Comissão	9
1	Gerente de Controle Ambiental	Cargo em Comissão	9
1	Diretor de Recursos Hídricos e Saneamento	Cargo em Comissão	7
1	Gerente de Recursos Hídricos	Cargo em Comissão	9
1	Gerente de Saneamento	Cargo em Comissão	9
1	Secretário Executivo de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal	Cargo em Comissão	3
1	Diretor de Fauna e Bem-Estar Animal	Cargo em Comissão	7
1	Gerente de Fauna Silvestre	Cargo em Comissão	10

1	Supervisor do CETAS	Função de Confiança	12
1	Supervisor do Borboletário	Função de Confiança	12
1	Gerente de Proteção ao Animal Doméstico	Cargo em Comissão	10
1	Supervisor de Hospital Veterinário	Função de Confiança	12
1	Supervisor da Clínica Veterinária	Função de Confiança	12
1	Gerente de Educação e Adoção	Cargo em Comissão	10

Art. 4º Ficam alterados os números 6 e 7 do item “XV – DA DESCRIÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS”, constantes do Anexo IX da Lei Complementar nº 389, de 30 de dezembro de 2020, para que conste a seguinte redação:

“6. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS QUE COMPÕEM O DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

(CARGO EM COMISSÃO) DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

Características da Unidade: Atividades do departamento exigem elevado conhecimento gerencial, porém com conhecimentos técnicos assimiláveis com a atuação na unidade com a formação superior. As competências do departamento pressupõem problemas complexos que influenciam nas atividades de recursos hídricos e saneamento da PMO.

Descrição Sumária: Estabelecer planos de execução, dirigir a implementação, monitoramento e avaliação das diversas atividades relacionadas recursos hídricos e saneamento, realizadas diretamente ou por terceiros no plano estratégico e tático, garantindo eficiência e efetividade.

Atribuições:

- determinar o estabelecimento de parâmetros da qualidade dos recursos hídricos presentes no município;
- conduzir ações para a definição de políticas públicas de impacto regional para despoluição dos recursos hídricos;
- conduzir o relacionamento com a instituição detentora da coleta e tratamento de esgoto e distribuição de água e propor ações para ampliação dos serviços prestados;
- determinar o mapeamento e acompanhamento da evolução da coleta e tratamento de esgoto no município;
- determinar a realização do monitoramento da qualidade da água nas nascentes, córregos, rios e quaisquer corpos d'água presentes no município;
- determinar estudos para definição de instrumentos para mitigação dos impactos ambientais causados pela emissão de efluentes nos corpos hídricos;

- aprovar as exigências, medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais, em conjunto com o Departamento de Qualidade Ambiental, causados pela implantação e operação de empreendimentos imobiliários, no que diz respeito à garantia do abastecimento de água potável ao empreendimento e à garantia da coleta, afastamento e tratamento adequados do esgoto sanitário gerado no empreendimento, bem como do sistema de drenagem do empreendimento;
- aprovar exigências, medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais nos licenciamentos de obras de no que compete a questão do saneamento;
- dirigir o desenvolvimento de estudos técnicos e projetos ambientais necessários à execução de obras, atividades, empreendimentos e intervenções realizadas pelo Poder Público Municipal no âmbito de regularização fundiária, inclusive quanto às proposições de medidas mitigadoras e compensatórias correlatas com o objetivo de garantir saneamento básico universal;
- garantir a implementação de leis, planos e programas que impactem direta e indiretamente na qualidade dos recursos hídricos da cidade;
- atuar como interlocutor nos órgãos responsáveis pelo saneamento básico municipal;
- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Biologia, Geografia ou áreas do conhecimento compatíveis com as atribuições. Experiência comprovada de, no mínimo, 3 anos em atividades correlatas de gestão na atividade em que irá atuar.

(CARGO EM COMISSÃO) GERENTE DE RECURSOS HÍDRICOS

Características da Unidade: Atividades da gerência exigem conhecimentos técnicos prévios de formação superior relativos às atividades da unidade. As atividades envolvem a integração ou articulação de unidades organizacionais do departamento e com outras secretarias. As competências da gerência pressupõem problemas variados, complexos, porém recorrentes.

Descrição Sumária: Gerenciamento, execução e monitoramento das atividades afetas aos recursos hídricos a nível tático.

Atribuições:

- apoiar a coordenação, o planejamento e a execução das ações relativas à implementação de políticas governamentais de recursos hídricos, em articulação com os demais integrantes da bacia hidrográfica;
- participar de instâncias que tratam da temática como comitês de bacias, subcomitês, grupos de trabalho governamentais de recursos hídricos;
- coordenar as atividades relativas à operacionalização e aprimoramento das políticas de recuperação e preservação dos recursos hídricos;
- articular a integração com os demais sistemas e programas de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos;
- acompanhar e participar do desenvolvimento de programas integrados de gerenciamento de recursos hídricos que existam ou venham a ser criados a partir da peculiaridade de políticas públicas de nível local;
- promover, em integração com comitês e grupos de trabalho, a articulação com os órgãos correlatos da União e dos Municípios do Estado de São Paulo que tenham impacto direto e indireto na bacia hidrográfica do Alto Tietê;
- acompanhar e fornecer subsídios necessários em reuniões para tratar de mediação de conflitos regionais e usos compartilhados dos recursos hídricos;

- fomentar a articulação com organismos internacionais e entidades de direito privado, objetivando a implantação de ações de interesse para o gerenciamento de recursos hídricos.
- avaliar o desempenho de medidas e equipamentos implantados para o efetivo controle das fontes de poluição dos corpos hídricos;
- coordenar o programa de identificação, georreferenciamento, recuperação e preservação de minas e nascentes;
- promover, em parceria com o Departamento de Planejamento, Gestão e Educação Ambiental, ações, campanhas, projetos e programas para sensibilização da municipalidade acerca de políticas públicas para mitigação de impactos ambientais;
- realizar análises técnicas sobre a qualidade dos recursos hídricos presentes no município;
- monitorar nascentes, córregos, rios, e quaisquer corpos d'água presentes no município;
- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Biologia, ou Geografia e registro na entidade de classe profissional. Profissional com experiência de, no mínimo, 2 anos em atividades correlatas com a atividade em que irá atuar.

(CARGO EM COMISSÃO) GERENTE DE SANEAMENTO

Características da Unidade: Atividades da gerência exigem conhecimentos técnicos prévios de formação superior relativos às atividades da unidade. As atividades envolvem a integração ou articulação de unidades organizacionais do departamento e com outras secretarias. As competências da gerência pressupõem problemas variados, complexos, porém recorrentes.

Descrição Sumária: Gerenciamento, execução e monitoramento das atividades de saneamento básico a nível tático.

Atribuições:

- coordenar e supervisionar as ações relativas ao desenvolvimento das políticas governamentais de saneamento e as ações relativas ao desenvolvimento de políticas governamentais de resíduos sólidos;
- coordenar a definição e implantação de medidas objetivando o aumento da eficiência na produção e o uso racional de água potável;
- fomentar a articulação entre os municípios da bacia do Alto Tietê, com vistas ao intercâmbio e à busca de soluções conjuntas na área de saneamento;
- promover, em integração com comitês e grupos de trabalho, a articulação com os órgãos correlatos da União e dos Municípios do Estado de São Paulo que tenham impacto direto e indireto na bacia hidrográfica do Alto Tietê;
- coordenar as atividades relativas à operacionalização e aprimoramento das políticas de recuperação e preservação dos recursos hídricos;
- coordenar políticas públicas com o objetivo de atender aos programas e legislação da União e do Estado sobre o saneamento básico;
- participar das atividades de integração de sistemas estaduais de saneamento, bem como com organismos federais afins;
- participar e apoiar planos municipais com foco em temas multidisciplinares, acompanhando a implementação das ações decorrentes e implementando aquelas de responsabilidade da Secretaria;
- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Biologia, ou Geografia e registro na entidade

de classe profissional. Profissional com experiência de, no mínimo, 2 anos em atividades correlatas com a atividade em que irá atuar.

7. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS QUE COMPÕEM A SECRETARIA EXECUTIVA DE PROTEÇÃO DA FAUNA E BEM-ESTAR ANIMAL

(CARGO EM COMISSÃO) SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PROTEÇÃO DA FAUNA E BEM-ESTAR ANIMAL

Descrição Sumária: Formular, propor, gerir e avaliar planos estruturais e estratégicos de governo, orçamentos e políticas públicas da competência do Município no âmbito da Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal.

Atribuições:

- Planejar, coordenar, monitorar e avaliar as políticas públicas relacionadas à proteção da fauna e ao bem-estar de animais silvestres e domésticos, implementadas diretamente ou indiretamente pela administração municipal, de modo a garantir eficiência e efetividade.
- Implementar medidas, ações e programas relativos à fauna silvestre de acordo com a política nacional do meio ambiente;
- Promover ações e procedimentos compartilhados com outros órgãos da administração direta e indireta que têm interface com o departamento de proteção e bem-estar animal;
- Promover, por meio de pesquisas e programas integrados, a conservação da fauna silvestre e da proteção aos animais;
- Desenvolver e gerir informações, sistemas e métodos de gestão e controle de fauna silvestre;

- Planejar e adotar, no âmbito de suas atribuições, as providências necessárias ao pleno cumprimento da legislação em vigor;
- Desempenhar outras atribuições afins.

Requisitos: Formação e perfil profissional que se relacionam com as atribuições.

(CARGO EM COMISSÃO) DIRETOR DE FAUNA E BEM-ESTAR ANIMAL

Características da Unidade: Atividades do departamento exigem conhecimentos gerenciais básicos e que se adquirem com relativa rapidez pela atuação na unidade. O departamento tem lotação preponderante de pessoal administrativo de apoio, mesmo com nível superior, ou operacional. As competências do departamento pressupõem problemas variados, com baixa complexidade, que influenciam as políticas relacionadas à fauna e bem estar animal.

Descrição Sumária: Estabelecer planos de execução, dirigir a implementação, monitoramento e avaliação das diversas atividades relacionadas fauna e bem estar animal, realizadas diretamente ou por terceiros no plano estratégico e tático, garantindo eficiência e efetividade.

Atribuições:

- determinar o planejamento, a elaboração, o desenvolvimento, de programas, projetos e diretrizes relacionados à fauna, proteção e bem-estar animal; planejar e adotar as providências necessárias à garantia do cumprimento da legislação vigente, no âmbito de suas atribuições;
- combater e averiguar o abandono e maus-tratos aos animais no município e
- promover o controle populacional de animais domésticos, por meio de cirurgias de castração, atendimento veterinário gratuito e campanhas educativas;

- atuar de forma a promover e difundir o tratamento ético e respeitoso aos animais por meio de campanhas educativas e de conscientização acerca dos direitos dos animais;
- apoiar e fortalecer as ações, projetos e organizações não governamentais que têm como campo de atuação a proteção e garantia dos direitos animais e bem-estar;
- promover novas políticas educacionais para promoção do respeito à vida;
- gerenciar e capacitar, quando necessário, grupo de voluntários para dar suporte a projetos relacionados à causa animal bem como para prestação de serviço voluntário no órgão;
- exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Poder Executivo municipal.

Requisitos: Nível superior em Biologia ou Veterinária, com registro na entidade de classe profissional. Experiência comprovada de, no mínimo, 3 anos em atividades correlatas de gestão na atividade em que irá atuar.

(CARGO EM COMISSÃO) GERENTE DE FAUNA SILVESTRE

Características da Unidade: Atividades da gerência exigem com formação em nível superior e conhecimentos que se adquirem pela atuação na unidade.

As competências da gerência pressupõem problemas variados, em sua maioria referentes a práticas e procedimentos padronizados.

Descrição Sumária: Gerenciamento, execução e monitoramento das atividades de fauna silvestre no CETAS e Borboletário Municipal a nível tático.

Atribuições:

- coordenar a execução das atividades relacionadas à normatização, monitoramento, controle e fiscalização do uso e manejo da fauna silvestre no Município;
- orientar e controlar o correto manejo e a manipulação de espécimes, com foco em resgate, tratamento e soltura em áreas endêmicas;
- gerenciar o Borboletário e o CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres, em acordo com as políticas e legislações relacionadas;
- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Biologia ou Veterinária, com registro na entidade de classe profissional. Profissional com experiência de, no mínimo, 2 anos em atividades correlatas com a atividade em que irá atuar.

(FUNÇÃO DE CONFIANÇA) SUPERVISOR DO CETAS

Descrição Sumária: Supervisionar as atividades do CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres no plano operacional.

Atribuições:

- supervisionar e orientar tecnicamente a equipe do CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres de modo a que os animais entregues tenham o manejo e o tratamento adequados à sua espécie;
- elaborar protocolos técnicos de resgate, tratamento e soltura de animais silvestres do CETAS, orientando a equipe;
- supervisionar a equipe na realização das atividades de manejo, tratamento dos animais, conforme os protocolos técnicos;
- programar e supervisionar a soltura em áreas endêmicas à sua espécie;
- elaborar relatórios técnicos com informações sobre os atendimentos prestados e atividades desenvolvidas;

- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Biologia ou Veterinária. Servidor concursado da PMO com experiência de, no mínimo, 2 anos em atividades correlatas com a atividade em que irá atuar.

(FUNÇÃO DE CONFIANÇA) SUPERVISOR DO BORBOLETÁRIO

Descrição Sumária: Supervisionar as atividades do Borboletário no plano operacional.

Atribuições:

- garantir e orientar o correto manejo para a criação de diversas espécies de borboletas e suas fases de vida;
- elaborar e organizar protocolos técnicos de manejo das diversas espécies de borboletas;
- programar e controlar a manutenção estruturas teladas e do ambiente de visitação;
- estabelecer procedimentos de visitação do Borboletário pela população;
- programar atividades para os visitantes conhecerem as espécies, o ciclo de vida, bem como de educação ambiental;
- estabelecer e controlar técnicas de identificação e avaliação das várias espécies, observando seus aspectos biológicos e possível criação em grande quantidade;
- garantir a aplicação de técnicas de manutenção de populações que não ocorrem em todas as estações;
- programar soltura de volta a natureza de quantidade de casais de cada nova produção de acordo com protocolos legais;

- elaborar relatórios com informações gerenciais sobre visitas e atividades desenvolvidas;
- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Biologia ou Veterinária. Servidor concursado da PMO com experiência de, no mínimo, 2 anos em atividades correlatas com a atividade em que irá atuar.

(CARGO EM COMISSÃO) GERENTE DE PROTEÇÃO AO ANIMAL DOMÉSTICO

Características da Unidade: Atividades da gerência exigem com formação em nível superior e conhecimentos que se adquirem pela atuação na unidade. As competências da gerência pressupõem problemas variados, em sua maioria referentes a práticas e procedimentos padronizados.

Descrição Sumária: Gerenciamento, execução e monitoramento das atividades de proteção ao animal doméstico a nível tático.

Atribuições:

- responder pela gestão da Clínica Veterinária e Hospital Veterinário, garantindo o funcionamento de acordo com as diretrizes municipais e regulamentações estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária;
- responder pelas atividades de fiscalização de denúncias de maus-tratos no âmbito do município;
- gerenciar o cadastramento unificado e os projetos que contribuam para a identificação de animais domésticos;

- estabelecer protocolos de atendimento a denúncias de maus-tratos de animais domésticos, orientando as equipes na aplicação dos preceitos de bem-estar animal nas atividades que envolvam cães e gatos;
- estabelecer protocolos de recolhimento de animais não permitidos no âmbito doméstico, conforme legislação;
- articular ações intersetoriais para atuação de forma integrada visando à proteção e bem-estar animal, acionando outras Secretarias sempre que necessário a proteção da vida animal;
- conduzir a elaboração de projetos e programas relacionados ao bem-estar animal;
- realizar estudos e pesquisas que apoiem a definição de políticas públicas relacionadas à proteção de animais domésticos, em sintonia com a legislação estadual e federal;
- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Biologia ou Veterinária, com registro na entidade de classe profissional. Profissional com experiência de, no mínimo, 2 anos em atividades correlatas com a atividade em que irá atuar.

(FUNÇÃO DE CONFIANÇA) SUPERVISOR DE HOSPITAL VETERINÁRIO

Descrição Sumária: Supervisionar as atividades do hospital veterinário no plano operacional.

Atribuições:

- assegurar que o Hospital Veterinário atenda às condições para o funcionamento de estabelecimentos médico veterinários de atendimento a pequenos animais estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária;

- supervisionar e orientar a equipe quanto ao atendimento ao público e procedimentos de cadastro;
- supervisionar o atendimento de animais para consultas e tratamentos clínico-cirúrgicos;
- supervisionar e orientar a equipe fazer cumprir os protocolos técnicos de atendimento;
- orientar a elaboração de relatórios técnicos com informações gerenciais sobre os atendimentos prestados e atividades desenvolvidas;
- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Biologia ou Veterinária, com registro na entidade de classe profissional. Servidor efetivo da PMO com experiência de, no mínimo, 2 anos em atividades correlatas com a atividade em que irá atuar.

(FUNÇÃO DE CONFIANÇA) SUPERVISOR DA CLÍNICA VETERINÁRIA

Descrição Sumária: Supervisionar as atividades da clínica veterinária no plano operacional.

Atribuições:

- assegurar que a Clínica Veterinária atenda às condições para o funcionamento de estabelecimentos médico veterinários de atendimento a pequenos animais estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária;
- supervisionar e orientar a equipe quanto ao atendimento ao público e procedimentos de cadastro;
- supervisionar o atendimento de animais para consultas e tratamentos clínico-cirúrgicos;

- supervisionar e orientar a equipe fazer cumprir os protocolos técnicos de atendimento;
- orientar a elaboração de relatórios técnicos com informações gerenciais sobre os atendimentos prestados e atividades desenvolvidas;
- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Biologia ou Veterinária, com registro na entidade de classe profissional. Servidor efetivo da PMO com experiência de, no mínimo, 2 anos em atividades correlatas com a atividade em que irá atuar.

(CARGO EM COMISSÃO): GERENTE DE EDUCAÇÃO E ADOÇÃO

Características da Unidade: Atividades da gerência exigem com formação em nível superior e conhecimentos que se adquirem pela atuação na unidade. As competências da gerência pressupõem problemas variados, em sua maioria referentes a práticas e procedimentos padronizados.

Descrição Sumária: Gerenciamento, execução e monitoramento das atividades de educação e adoção de animais domésticos a nível tático.

Atribuições:

- conduzir o planejamento e execução de ações permanentes de divulgação educação e conscientização sobre guarda responsável a fim de prevenir o abandono de cães e gatos;
- realizar estudos e pesquisas que apoiem a definição de políticas públicas relacionadas à proteção de animais domésticos, em sintonia com a legislação estadual e federal;
- planejar e gerenciar campanhas permanentes para adoção de cães e gatos, gerenciando cadastros de pessoas e entidades da sociedade civil;

- elaborar e propor mecanismos de responsabilização dos adotantes, inclusive quanto à comunicação obrigatória de posterior manifestação de doenças (zoonoses);
- responder pelo apoio técnico a fiscalização quanto às condições de trato e do ambiente onde estão os animais adotados e apuração de denúncias;
- executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Requisitos: Nível superior em Biologia ou Veterinária, com registro na entidade de classe profissional. Profissional com experiência de, no mínimo, 2 anos em atividades correlatas com a atividade em que irá atuar.”

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 11 de março de 2023.

ROGÉRIO LINS

Prefeito